

**O discurso da Sociedade do Conhecimento e a (de)formação técnica e profissional da classe trabalhadora: o PRONATEC em foco<sup>i</sup>**

*The Knowledge Society discourse and the technical and professional (dis)training of the working class: PRONATEC in focus*

Ana Thyara Leal Lemos  
Helena de Araújo Freres  
**Universidade Estadual do Ceará (UECE)**  
Fortaleza/CE-Brasil  
Josefa Jackline Rabelo  
**Universidade Federal do Ceará (UFC)**  
Fortaleza/CE-Brasil

**Resumo**

O presente ensaio busca analisar a partir do discurso de uma proclamada sociedade do conhecimento, a formação técnica e profissional ofertada para a classe trabalhadora no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Trata-se de uma pesquisa teórico-bibliográfica e documental, tendo como método para a compreensão do fenômeno o materialismo histórico-dialético. Os documentos analisados expressam a execução do programa durante os anos de 2011 a 2015, a saber: relatórios produzidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). Ancorada no falacioso discurso de uma chamada sociedade do conhecimento, o PRONATEC, legitima as necessidades do mercado, ofertando uma (des)qualificação para mão-de obra, aligeirada e pragmática, ao mesmo tempo que possibilita o financiamento do setor privado via estado.

**Palavras-chave:** Sociedade do Conhecimento; Pronatec; Qualificação Profissional

**Abstract**

This essay searches to analyse from the discourse of a proclaimed knowledge society, the technical and professional training offered to the working class at National Program for Access to Technical Education and Employment (PRONATEC). It is about a theoretical-bibliographic and documentary research having the historical-dialectical materialism as a method for understanding the phenomenon. The analysed documents prove the execution of the program during the years 2011 to 2015, to know: reports produced by the Federal Audit Court (TCU) and the Secretariat of Vocational and Technological Education (Setec). Anchored in the fallacious discourse of a so-called knowledge society, the PRONATEC, legitimizes the needs of the market, offering a (dis)qualification for labour streamlined and pragmatic, while enabling private sector financing via the state.

**Keywords:** Knowledge Society; Pronatec; Professional qualification.

*O discurso da Sociedade do Conhecimento e a (de)formação técnica e profissional da classe trabalhadora: o PRONATEC em foco.*

**Notas Introdutórias**

O difundir da educação técnica e profissional como elemento essencial que possibilitaria aos trabalhadores acesso aos postos de emprego se configura como componente indispensável e amplamente defendido pelas políticas públicas educacionais, principalmente as que estão voltadas para a formação da classe trabalhadora. Mesmo em tempos de constante reestruturação econômica e altas taxas de desemprego, é permanente o discurso que afirma a carência de mão de obra devidamente qualificada para suprir as demandas do mercado, o que contribui para que a oferta e a busca por essa formação sejam contínuas.

Corroborando com esse contexto, o arquitetar de uma nova forma de sociabilidade chamada de sociedade do conhecimento coloca para a educação novas determinações que visam adequar a política educacional e formativa às necessidades do mercado. Nesse sentido, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), em atendimento a essas prerrogativas, tem elencado os fundamentos e as políticas que fomentam a formação para o trabalho, evidenciando o fortalecimento da relação entre a educação e as demandas do mercado.

Esse programa destinado à classe trabalhadora foi sancionado em outubro de 2011 pela então presidente Dilma Rousseff, subscrito pela Lei nº 12.513, criado como política de expansão da educação profissional. A ação abrange um conjunto de medidas que visam em seus objetivos ampliar o acesso à educação profissional e técnica dita de qualidade, complementadas com a execução de assistência técnica e financeira, na medida de efetuar e garantir a continuidade de políticas de cunho desenvolvimentista afirmadas ainda no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Tendo em vista as particularidades do fenômeno, o objetivo da pesquisa é analisar a partir do discurso de uma proclamada sociedade do conhecimento, a formação técnica e profissional ofertada para a classe trabalhadora no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego nos anos de 2011 a 2015. Dessa forma, buscamos responder, principalmente, a seguinte questão: como o discurso ideológico que propõe a sociedade do conhecimento reflete na formação técnica e profissional ofertada pelo PRONATEC para a classe trabalhadora?

De acordo com o contexto disposto, o fenômeno dado em sua aparência propõe-se real e harmonioso, entretanto, à luz da compreensão da ontologia marxista, nos encaminhamos à análise do contraponto da matriz desse discurso, em que se ressalta a busca pelo entendimento do fenômeno em sua totalidade e real essência. Para tal, utilizou-se dos seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa teórico bibliográfica, no qual foi possível apreender as concepções teóricas que alegam o surgimento da chamada sociedade do conhecimento/informação, principalmente defendidas por BELL (1973), TOFFLER, (1980) e SCHAFF, (1995) e a análise de documentos que evidenciam a execução do programa durante os primeiros cinco anos de sua vigência, isto é, dos anos de 2011 a 2015, sendo eles: relatórios produzidos pelo Tribunal de Contas da União e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)

Amparados no materialismo histórico-dialético, há dois pressupostos que nos permitem compreender melhor alguns contrapontos que o fenômeno em sua essência, apresenta. O primeiro é a categórica afirmação da centralidade do trabalho como protoforma do ser social e como complexo ineliminável do mundo dos homens; o segundo pressuposto é o alinhamento ao pensamento teórico de Mézáros (2011) em relação ao desenvolvimento de uma “crise estrutural” no bojo do sistema capitalista, que impõe a esse sistema transformações e manobras em todos os complexos sociais em prol de sua reprodução econômica e ideológica.

Tendo por base esses dois fatos, afirma-se que esse imperativo de crise sistêmica posto ao capitalismo, repercute em várias categorias sociais de forma impositiva e dentre estas, afeta a educação com deliberações que visam contribuir para a reestruturação econômica e, em segundo plano, intenta mistificar a crise e a barbárie que tem se agudizado nos últimos anos. A urgência com que se recorre ao projeto educacional mostra como as limitações anunciadas com a crise estrutural colocam em xeque a própria sobrevivência do sistema, carregando consigo a própria humanidade e a existência planetária.

Nesse movimento de regulação para reprodução econômica, percebe-se que os discursos de cunho ideológico ascendem decisivamente na sociedade como verdades incontestáveis e tais urgências econômicas e ideológicas chamam inerentemente um novo tipo de educação, que possa condizer com os novos imperativos da ordem do capital. Por conseguinte, a opção pela educação técnica e profissional sistematiza tanto os ideais do

*O discurso da Sociedade do Conhecimento e a (de)formação técnica e profissional da classe trabalhadora: o PRONATEC em foco.*

mercado, quanto da chamada sociedade do conhecimento, em que se reforça a busca por um indivíduo qualificado com competências, habilidades e em um curto tempo. Assim, as diretrizes bases do PRONATEC refletem tais imperativos, frequentemente proclamados como tendência global e implicando no desenvolvimento das recomendações de uma política educacional mundial.

**Pressupostos e delineamentos da chamada Sociedade do Conhecimento**

As preposições que delineiam o surgimento dessa nova maneira de organização social teria sua origem acontecido desde o fim da segunda guerra mundial, pois, com o contexto de pós-guerra, momento em que as economias desgastadas estavam a ponto de iniciar um movimento de reestruturação, teria impulsionado a constituição dessa estrutura social, que em sua base, apresentaria a produção de informações e conhecimentos, amparados no impacto causado pelo desenvolvimento das novas tecnologias, principalmente as da informação e da comunicação.

Esse novo paradigma encontrou no meio científico, econômico e social grande aceitação, sendo defendido por vários teóricos e definido em uma gama extensa de teorizações e nomenclaturas. Em todas elas, a justificativa central é que essa configuração econômica e social indicaria o fim do industrialismo, decretando ainda o declínio do capitalismo como sistema vigente. A reorganização produtiva em volta do conhecimento apresenta, no bojo desse discurso, o pressuposto que nessa era, o trabalho manual e intelectual não estaria mais a cargo dos indivíduos, mas respectivamente das máquinas e dos computadores.

O proclamado fim da era industrial, como um dos principais argumentos que fundamentaram essas teorizações, recai sobre o fato de que o fim da segunda guerra teria possibilitado o desenvolvimento de uma economia que não estaria mais centrada nem na agricultura e nem na indústria, mas no setor de serviços. Significando também, a falência do capitalismo como ordem sistêmica vigente e indicando, conseqüentemente, o despontar da era do conhecimento, que teria colocado fim, junto com o capitalismo, nas ideologias, nos males sociais e em todos os conflitos de classes instituídos por esse sistema.

A transição para essa nova ordem seria possível, contudo, apenas sob a base de desenvolvimento do comércio e de vários elementos propiciados com o próprio progresso do capitalismo. E com essa transformação haveriam de se libertar também os indivíduos dos

moldes rígidos impostos pelo capitalismo. Essa libertação implicaria em possibilitar que os indivíduos administrem suas vidas, concedendo-os a oportunidade de conhecer e seguir novas formas de prover sua existência. Como resultado, o desenvolvimento da ciência estaria diretamente interligado a essa liberdade e espontaneidade dos indivíduos, que a partir de então poderiam criar e inovar sem obedecer aos padrões dominantes.

Os defensores desses ideais, foram muitos, dentre eles, o sociólogo Daniel Bell, um dos principais teóricos dessa proclamada nova forma social, na obra *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*, título do seu livro lançado em 1973, além da defesa de que com o fim do capitalismo teríamos o fim da ideologia, afirmou que a estrutura da sociedade estaria apoiada não mais no trabalho e na produção industrial, mas na informação e nas atividades do setor de bens e serviços. O trabalho, por assim dizer, teria deixado de ser complexo central da vida social e em seu lugar a ciência e a técnica seriam recurso central da sociedade. Ao deixar de ser eixo central, as questões sociais em torno do trabalho, como a luta de classes, perderam sua relevância, bem como o conflito entre burgueses e proletários teria se dissolvido.

Outro aspecto substituído nessa sociedade é a teoria do valor trabalho pela teoria do valor conhecimento, em que, o conhecimento como mercadoria seria um produto social e mesmo ao ser vendido continuaria com seu produtor, definindo a sociedade pós-industrial pela teoria do valor conhecimento, enquanto que na sociedade industrial a mercadoria produzida tinha seu valor determinado pelo trabalho e pelos custos relativos da produção, caracterizando essa sociedade pela teoria do valor trabalho.

A estrutura social da sociedade pós-industrial, de acordo com Bell, consistiria em cinco mudanças importantes em relação à sociedade industrial, designadas pelo emergir de uma economia de serviços: materialização de uma nova organização na estrutura de empregos; primazia do conhecimento como eixo central da sociedade e como fonte para formulações de políticas públicas; necessidade de controle da tecnologia e promoção de uma “tecnologia intelectual” para a tomada de decisões.

Para o autor, a natureza do trabalho seria entre pessoas e não entre homem e natureza, assim a base da economia estaria no setor terciário, no qual a força de trabalho é de bens e serviços e que tem canalizado uma maior demanda de empregos enquanto há proporcionalmente uma queda no setor industrial. A alteração no trabalho seria fator de

*O discurso da Sociedade do Conhecimento e a (de)formação técnica e profissional da classe trabalhadora: o PRONATEC em foco.*

mudança também das classes sociais e a diminuição da classe operária e dos trabalhadores manuais como um reflexo do crescimento do setor de bens e serviços, sobretudo, nos serviços humanos, que exigiriam profissionais qualificados. Essa transição para uma economia de serviços teria substituído valores como eficiência e produtividade, traços da era industrial, para tarefas como ser criativo, ter ideias e ser inovador, como valores indispensáveis para a vida dinâmica da era do conhecimento.

Em função da dita centralidade do conhecimento teria como característico na sociedade pós-industrial o ter conhecimento como nova fonte de poder. Isso quer dizer que detêm o poder aqueles que sabem ou que conhecem e não mais os que possuem propriedades, o controle passa a ser político ao invés de econômico. Assim, os conflitos se dariam entre aqueles que conhecem e os que não conhecem. Nessa perspectiva, defende o sociólogo que haveria uma nova organização das classes sociais, no qual a classe de profissionais dominante seria a dos cientistas, pesquisadores, matemáticos, professores e engenheiros. Enquanto na sociedade industrial havia destaque para o homem de negócios e a empresa, a era pós-industrial guardaria para as universidades, organismos de pesquisas e centros de pesquisa como principal espaço social.

Ainda sobre a concepção de Bell, a era pós-industrial se apresenta também como a era do conhecimento, a semelhança entre estas é determinada pelo fato do conhecimento ser recurso central da sociedade, no sentido de que a informação e a tecnologia são os principais fatores produtivos da sociedade, na qual, a tecnologia teria uma função mais relevante do que nas outras formas sociais. Torna-se evidente que “[...] ao identificar sociedade pós-industrial e sociedade do conhecimento como sinônimos, o autor deixa claro que nesta sociedade o conhecimento passa a ser o elemento decisivo para a organização e direção da organização social” (BARBOSA, 2008, p. 42).

Sobre os fundamentos do fim da era industrial, Alvin Toffler é outro autor que determinou em suas teorias os novos rumos da sociedade. Como Bell, Toffler (1980) defendeu a tese de que viveríamos a ascensão dessa nova sociedade que tem no bojo de sua estrutura o conhecimento e a tecnologia como elementos estruturantes da economia e pelas quais se regulamentam as outras categorias sociais.

De acordo com seu ponto de vista, as etapas da história da humanidade e as transformações sociais estão mais apropriadamente divididas em Ondas de Mudança. A

primeira Onda, segundo o autor, corresponderia à sociedade agrícola; a segunda teria ocorrido na era industrial, simbolizada pela corrente de montagem e a grande produção de mercadorias; por fim, a Terceira Onda, teria ocorrido como consequência da revolução tecnológica e pela sociedade do conhecimento.

A importância desta Terceira Onda, que teria se revelado no limiar do século XX, direcionaria um conjunto de mudanças tecnológicas, políticas e culturais na sociedade. No desenvolvimento da Terceira Onda ou a era da informação e do conhecimento que se inicia nos países desenvolvidos, a inovação seria constante e as novas tecnologias transformariam o cotidiano dos indivíduos, impondo-lhes que se adaptassem a nova realidade. Esse cotidiano, alicerçado na comunicação, teria o conhecimento como fator de produtividade.

Nessa economia, Toffler (1980), apresenta o desenvolvimento de um processo de desmassificação, no qual há a necessidade de adaptar a produção aos desejos do consumidor e não ao contrário, como ocorria na segunda Onda. Essa tendência de desmassificação se estenderia para toda estrutura social. Assim, seria fundamental que as indústrias estivessem constantemente inovando seus produtos e para tal deveriam ter uma estrutura organizacional com menos níveis de hierarquia, onde os funcionários tivessem maior participação e liberdade de criação. Na mesma medida, os funcionários precisariam estar preparados para ser criativos e ter ideias.

O teórico, propunha ainda que com as mudanças na natureza do trabalho, nessa civilização, o trabalho a ser realizado predominantemente seria o mental e criativo, de maneira ininterrupta e sem lugar fixo, podendo ser executado em qualquer lugar. Dessa forma, a Terceira Onda guardaria destaque para as pequenas empresas em detrimento dos grandes negócios, que foram dominantes na Segunda Onda. Defende ainda o autor, que as empresas não seriam mais medidas pelo que tem ou pelo que produzem, mas pelos conhecimentos que seus funcionários detêm, transformando esse valor numa medida incomensurável ou difícil de ser identificada

Na mesma onda do avanço tecnológico, o economista Adam Schaff lançou no final da década de 1980 a Sociedade Informática. Na esteira de Bell e Toffler, o autor apresenta suas proposições dedutivas acerca das transformações no conjunto da vida social consequente do impacto das novas tecnologias. Organizado em duas partes, a obra traz primeiramente uma exposição das condições de uma atual revolução tecnológica e seus

*O discurso da Sociedade do Conhecimento e a (de)formação técnica e profissional da classe trabalhadora: o PRONATEC em foco.*

desdobramentos na sociedade, enquanto que na segunda parte é feita uma análise das questões do indivíduo e da sociedade informática. Em vista da pergunta “que futuro nos aguarda”, sua obra não se restringiu em constatar as questões e problemas, mas trazer apontamentos e soluções viáveis.

Segundo o autor, o avanço tecnológico teria desencadeado revoluções da ciência e da técnica, provocando transformações fundamentais no âmbito das relações sociais, da política, da economia e da cultura na sociedade. Essa revolução técnico-científica está dividida em três dimensões: a primeira trata-se da microeletrônica; a segunda, da microbiologia e a terceira, da energia nuclear. De acordo com Schaff, haveria uma associação entre a revolução técnico-industrial e a microeletrônica. Todavia, a distinção entre elas é que a segunda teria possibilitado a eliminação do trabalho. Nas palavras do autor,

A primeira, que pode situada entre o final do século XVIII e XIX e cujas transformações ninguém hesita hoje em chamara de revolução, teve o grande mérito de substituir na produção a força física do homem pela energia das máquinas (primeiro pela utilização a vapor e mais adiante sobretudo pela utilização da eletricidade). A segunda revolução, que estamos assistindo agora, consiste em que as capacidades intelectuais do homem são ampliadas e inclusive substituídas por autômatos, que eliminam com êxito crescente o trabalho humano na produção e nos serviços. (SCHAFF, 1995, p. 22).

Ao se tratar de uma sociedade onde a ciência seria o principal fator produtivo, a educação teria o papel primordial e deveria ser desenvolvida para a formação do homo *studiosus*, sendo oferecida de forma continuada mediante programas adequados e métodos de ensino modificados. Com a utilização de computadores, o conhecimento não precisaria ser memorizado, desenvolvendo o pensamento autônomo. A educação de nível superior também deveria ter mudanças e maior duração.

Não diferente dos outros autores, Schaff postulou que a emergência da Sociedade Informática traria o conhecimento como força de produtividade da sociedade e que diante dessas transformações desapareceriam as duas principais classes sociais, sendo substituídas “[...] por um estrato social integrado por cientistas, engenheiros, técnicos e administradores, que se incumbirão do funcionamento e dos progressos da indústria e dos serviços.” (SCHAFF, 1995, p. 45). Entretanto, seria possível o desenvolvimento das

desigualdades, pautadas, no entanto, no conhecimento, entre os que sabem e os que não sabem.

Portanto, seria sobre a base da centralidade do conhecimento e do avanço das novas tecnologias que foram criadas as mais diversas teorias para justificar a tão proclamada nova era do conhecimento, sociedade da informação e tantas outras nomenclaturas. Elencamos nesse tópico três renomados pensadores dessa teoria e o que de central suas concepções defendiam para que pudéssemos entender com maior clareza os fundamentos desse fenômeno que tem influenciado de maneira determinante o campo da ciência, ocupando espaço privilegiado nas ações de desenvolvimento da educação, principalmente naquelas gerenciadas pelos organismos internacionais e de alcance mundial.

Tendo em vista os fundamentos apresentados na defesa dessa propagandeada sociedade do conhecimento, faz-se necessário, analisar o contraponto de todo esse discurso com base nas análises da totalidade social. Dessa forma, acredita-se que o fim do século XX e o início do século XXI têm sido apontados pela maioria dos pensadores como palco de profundas transformações sociais que resultaram principalmente na falência do sistema capitalista como ordem vigente, contudo, sob a perspectiva da ontologia marxista e a reiteração do trabalho como categoria principal e ineliminável do mundo dos homens, concordamos que esse período tem sido, na verdade, o palco de outro evento específico, sendo ele, o instaurar de uma crise de ordem estrutural do sistema capitalista. No bojo dessa crise que se aprofunda de forma descontrolada, o capitalismo tem se modificado e vem se utilizando de todas as possibilidades que o permitem reproduzir sua lógica de acumulação de riquezas.

Entende-se que a crise estrutural representa para o sistema capitalista tanto a evidência das contradições estruturais como a máxima intensificação da barbárie social. A lei que rege esse metabolismo é a lógica da destruição dos homens, da natureza e do próprio metabolismo capitalista e o grau de intensificação posto na crise impôs ao sistema, a impossibilidade de solucioná-la dentro dos seus parâmetros existentes e assim, todas as medidas paliativas tomadas para revertê-la tem ocasionado apenas sua intensificação em todas as esferas sociais.

Nesse cenário, as concepções dessa propagandeada era do conhecimento consistem em um conjunto de ilusões que em tempos de crise estrutural servem ao capital como uma

*O discurso da Sociedade do Conhecimento e a (de)formação técnica e profissional da classe trabalhadora: o PRONATEC em foco.*

válvula de escape, produzindo arranjos mistificadores. A educação tem sido amplamente reconfigurada para atender às novas determinações que se exigiriam com a chamada sociedade do conhecimento, principalmente a partir de uma formação aligeirada, baseada em competências e habilidades requeridas pelo mercado de trabalho e pela negação do conhecimento histórico produzido pelos indivíduos.

Pode-se afirmar ainda, que o desmonte desse discurso, foi perceptível com maior nitidez, durante a pandemia de saúde mundial, causada pela Covid-19, em que as desigualdades escancaram ainda mais os problemas sociais enfrentados pela grande parte da população e o conflito de interesses entre as distintas classes sociais. O acesso ao conhecimento não foi suficiente para garantir que uma grande parte dos indivíduos tivessem condições de manter-se objetivamente, ao perderem seus empregos com o fechamento dos postos de trabalho.

Ademais, mesmo passando por um momento tão crítico, em que o acesso e a defesa ao conhecimento científico produzido eram essenciais para a sobrevivência dos indivíduos, uma onda de negacionismo a ciência e de informações falsas, ganharam ascensão no palco mundial. O embate entre a ciência e as informações falsas veiculadas, foi decisivo para agravar ainda mais o enfrentamento da pandemia mundial e assim, na chamada era do conhecimento, o conhecimento foi contestado e desacreditado em termos da negação a doença e principalmente as medidas adotadas que incidiram no arrefecimento da economia.

**A (de)formação para a chamada sociedade do conhecimento: o PRONATEC em foco**

O cenário no qual se encontra o sistema vigente é fator determinante para a consolidação dos direcionamentos que possibilitaram a expansão de programas de orientação profissionalizante e qualificação em massa da classe dos trabalhadores. O amargar da conjuntura de uma crise de ordem estrutural reverbera decisivamente na propagação de discursos e ideais falaciosos que tentam mistificar a lógica vigente, bem como na educação através de uma reorganização pautada na ampla transposição de uma estreita razão mercadológica para as diretrizes formativas.

Nesse âmbito, um projeto mercantil de educação assume o patamar de destaque no discurso social, elencando ainda a qualificação profissional como elemento estratégico para o mal do desemprego, para a inclusão social e o crescimento econômico do país.

Empreendedorismo, criatividade e habilidades centradas no controle emocional, também rotulam entre as competências essenciais, principalmente após o desencadear do contexto pandêmico.

O lançamento do PRONATEC veio como forte política educacional para a ampliação e consolidação da rede de educação profissional no país. Compreendendo iniciativas que já vinham sendo desenvolvidas e agregando novas ações, o programa tem uma estrutura descentralizada, de múltiplos arranjos, que se articula com vários segmentos da sociedade, na pretensão de ofertar uma qualificação que estivesse realmente de acordo com as necessidades do mercado.

No auge de um engodo redentorista da educação, a profissionalização tida como fator relevante para o desenvolvimento da economia e o progresso do país, tem alcançado posição de destaque no campo político educacional. A ordem de profissionalização técnica para a classe trabalhadora como requisito elementar para ansiar um lugar no competitivo mercado de trabalho complementa o discurso empresarial que recomenda uma formação que designe mão de obra em curto tempo e que possa atender as muitas pretensões recobradas pelo sistema capitalista.

A criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) ocorreu com a promulgação da Lei nº 12.513, no ano de 2011 pela então presidente Dilma Rousseff, apresentando a “finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.” (BRASIL, 2011). Dentre outros objetivos instituídos na lei de criação do programa, havia a necessidade de fomentar a oferta de formação técnica e profissional para classe trabalhadora.

A garantia de atendimento a classe trabalhadora determina-se no corpo da legislação, que de acordo com o Art. 2º lei que o rege, as vagas do programa devem ser destinadas a um público-alvo, devendo atender a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores, incluindo agricultores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda; estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; pessoas com deficiência; povos indígenas; povos de

*O discurso da Sociedade do Conhecimento e a (de)formação técnica e profissional da classe trabalhadora: o PRONATEC em foco.*

comunidades quilombolas e, ainda, jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (BRASIL, 2011)

O financiamento do programa é de responsabilidade da União que realiza os repasses para instituições demandantes por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A estrutura de funcionamento do programa acontece por meio de uma articulação entre os demandantes e ofertantes. Os demandantes estão encarregados de identificar a demanda do mercado de trabalho, mobilizar os potenciais beneficiários e encaminhá-los para as instituições, que são responsáveis pela oferta de cursos, pela infraestrutura e pelo material didático a partir da pactuação de vagas com os demandantes. A partir dessa associação, os cursos que são disponibilizados pelo PRONATEC devem estar de acordo com a necessidade real apresentada, considerar a realidade local, as características regionais e as perspectivas ocupacionais dos egressos, tendo em vista os desafios postos ao programa de atender a um índice de ocupação formal dos estudantes.

Em sua estrutura organizacional, o PRONATEC atua principalmente para ampliar e fomentar a rede de ensino técnico e profissional, abrangendo ações que já vinham sendo desenvolvidas como a Rede Federal de Educação Profissionalizante, Científica e Tecnológica; o Programa Brasil Profissionalizado, Rede e-Tec Brasil, acordo de gratuidade com Sistema S (SESI, SENAI, SENAC e SESC), bem como o Bolsa-Formação e o Fies Técnico, que foram implementados. Essas seis iniciativas compõem a base de investimentos feitos pelo programa.

Em termos de execução do programa, o Bolsa-Formação foi a iniciativa que teve maior alocação de matrículas e de investimentos de recursos. Segundo dados do TCU (2015, p. 13), de 2011 a 2014, foram matriculados 4.348.632 alunos e destes, 78% (3.384.728) foram para os cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, enquanto apenas 22% (963.904) foram para os cursos técnicos. A quantidade de matrículas e a preferência pelos cursos com menor tempo de duração vislumbram que tipo de formação vem sendo ofertada. É válido considerar que as vagas oferecidas surgiam de acordo com uma demanda real do mercado de trabalho e isso desvenda que a intenção primordial seria a consubstanciação de um mercado educacional, já que a participação das instituições privadas se restringe<sup>ii</sup> à iniciativa da Bolsa-Formação.

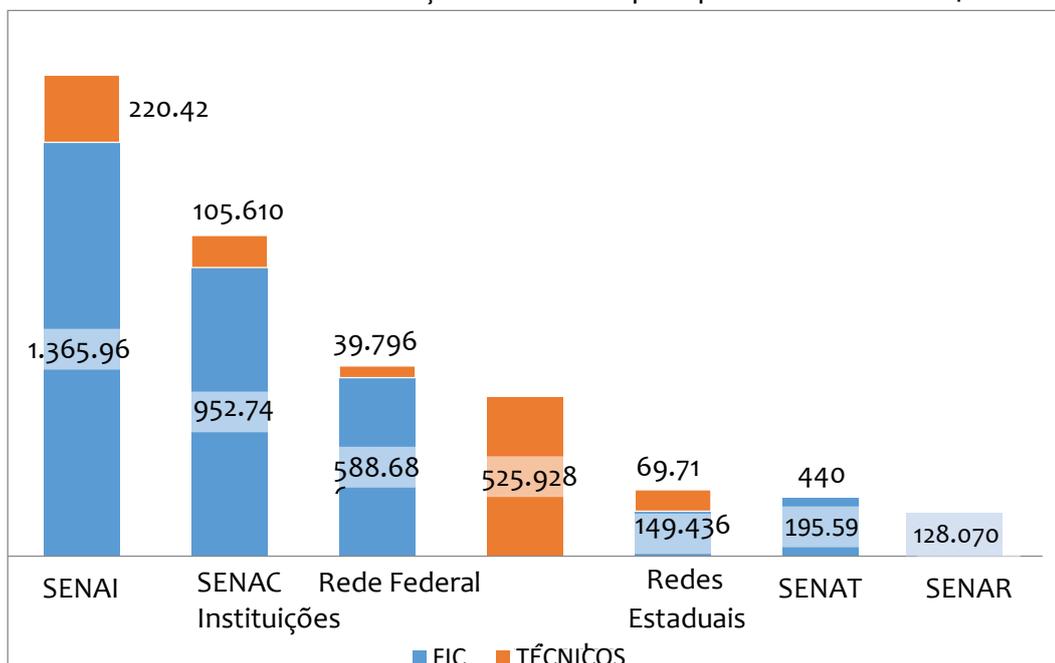
Essa iniciativa, criada especificamente com o PRONATEC se consubstancia como espinha dorsal que estrutura o programa, tendo recebido maior montante de investimentos do programa, entre os anos de 2011 a 2015, de acordo com dados fornecidos pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (2015). A ação garante o financiamento, por parte da União, em cursos de educação profissional e técnico e assistência estudantil a diversos públicos. Além dos objetivos já instituídos com a lei de criação do PRONATEC, propõe-se elevar a escolaridade e as condições de inserção no mundo do trabalho por meio da formação profissional, possibilitando a inclusão social a um público mais vulnerável socialmente e atender às demandas do mercado de trabalho por mão de obra qualificada.

O Bolsa-Formação assim se denomina porque trata de um financiamento por parte da União de todas as condições para a oferta do curso, garantindo a cobertura integral das despesas para manter o aluno no curso, mas não determina o repasse em espécie direto ao aluno, podendo apenas ocorrer em espécie ou vales, em referência ao auxílio transporte e alimentação. O repasse do financiamento especificados na lei delibera que a transferência deve ser feita para a rede ofertante, ocorrendo basicamente de duas formas: para a instituição privada, há o pagamento da mensalidade dos estudantes e do custo total do curso por estudante. Já na rede pública e nos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SNA), especificamente em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), além da hora-aluno, inclui-se o auxílio de alimentação e transporte

Em relação ao tipo de curso distribuído na rede ofertante, as entidades do SNA ficavam com a maior parte dos cursos FIC, tendo instituições que ofertam apenas esse tipo de qualificação. Para os cursos técnicos, a Rede Estadual teve a maior proporção no número de matrículas, apresentando um percentual de 14% de matrículas.

O discurso da Sociedade do Conhecimento e a (de)formação técnica e profissional da classe trabalhadora: o PRONATEC em foco.

Gráfico 1 – Distribuição da matrícula por tipo de curso 2011-2014



Fonte: Tribunal de Contas da União (2016)

Consolidando esses dados, no que se refere à distribuição dos cursos por rede ofertante, ainda de acordo com dados de matrículas realizadas por entidades ofertantes no Bolsa-Formação nos anos de 2011 a 2014, apresentados pelo TCU (2016), verifica-se que: o SNA junto com a rede privada representou mais de 80% dessas matrículas do Bolsa-Formação; sozinha a rede privada alcançou uma representatividade alta de 12%, considerando o fato de que essa rede ingressou apenas no ano de 2013, ofertando apenas cursos técnicos subsequentes. Isso quer dizer que participando apenas de três editais publicados pelo Ministério da Educação (2013.2, 2014.1, 2014.2) e neles sendo contemplada, a rede privada quase se equiparou com a oferta feita pela Rede Federal, desde 2011, que foi de 14% das matrículas. (TCU, 2016)

É notório que as principais demandas atendidas, são as exigências advindas do sistema, foi substancial o financiamento ao setor privado, que ofertaram 13.092 cursos em 1.676 unidades de ensino privada, incluído o SNA, o que abrange 634 municípios nos 26 Estados e no DF (2011-2015). A expansão do PRONATEC, via Bolsa-Formação, resultou na proliferação de cursos e instituições que ofertaram ensino técnico e consolidou o mercado da profissionalização.

No que tange propriamente ao financiamento da rede ofertante no âmbito do Bolsa-formação, há a confirmação do privilégio dado aos investimentos na rede privada. Ao observar que, primeiro: o maior montante de recurso foi destinado ao SNA, que chega a ser quase quatro vezes maior ao que destinado a Rede Federal; segundo: comparando os investimentos na Rede Municipal e na Rede privada que se iniciaram no mesmo ano, vê-se que no total, a segunda recebeu um valor dez vezes maior ao que recebeu a primeira, isso apenas num intervalo de dois anos. Além disso, percebe-se que, no ano de 2014, todas as iniciativas tiveram uma redução no valor dos investimentos, com exceção para a rede privada que teve um aumento de mais de 267% ao ano, conforme pode ser visto na tabela. (Ver tabela 1)

Tabela 1 – Transferências anuais aos parceiros ofertantes, 2011 a maio/2014 (R\$)

Rede de Ensino	2011	2012	2013	2014	Total por Redede Ensino
SNA	208.261.704,50	1.054.161.444,18	2.065.021.070,00	1.200.822.145,00	4.528.266.363,68
Rede Federal	39.827.005,00	338.789.930,90	742.501.736,80	193.924.454,25	1.315.043.126,95
Rede Estadual	-	92.648.000,00	228.482.150,00	83.393.000,00	404.523.150,00
Rede Municipal	-	-	14.681.000,00	3.380.000,00	18.061.000,00
Rede Privada	-	-	51.681.163,63	138.113.463,01	189.794.626,64
Total anual	248.088.709,50	1.485.599.375,08	3.102.367.120,43	1.619.633.062,26	6.455.688.267,27

Fonte: BRASIL (2013)

Considerando o fato de que essa iniciativa é a vertente central do PRONATEC, verifica-se, portanto, que os mecanismos usados pela União para a ampliação anual do programa concentraram-se no estratégico aumento da participação e do financiamento da rede privada na oferta dos cursos de formação profissional. Não obstante, esse mecanismo de

*O discurso da Sociedade do Conhecimento e a (de)formação técnica e profissional da classe trabalhadora: o PRONATEC em foco.*

repassa financeiro do estado para o setor privado, configura-se também como uma medida paleativa que vem sendo cada vez mais utilizada pelo sistema capitalista, como forma de manter-se reproduzindo e acumulando no cenário de crise.

De forma geral, a execução do PRONATEC nos primeiros anos de seu desenvolvimento, demonstrou um grande alcance da classe trabalhadora, tendo em vista o número de 9,4 milhões de matrículas realizadas entre 2011 a 2015. Para o então governo, o significativo número de matrículas alcançadas foi suficiente para a definição avaliativa deste programa como efetiva política de expansão da educação profissional no país, todavia, um levantamento feito pelo TCU (2015, p. 2) apontou “um conjunto de eventos de risco no Programa” em que constatava-se algumas das seguintes situações:

Elevado nível de evasão nos cursos de FIC e técnicos. Baixa efetividade dos cursos de FIC. Oferta de cursos que não atendem o mercado local. Má utilização dos recursos repassados para instituições de ensino (iniciativa Brasil Profissionalizado): recursos utilizados em outras ações, ou parados, projetos inadequados, material sem utilização, etc. Prestação da assistência estudantil, prevista no art. 6º, § 4º da Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011, de forma precária ou insuficiente. Apropriação indevida dos recursos de assistência estudantil pelas instituições de ensino. [...] Pagamentos indevidos às instituições de ensino: pagamento de mensalidades de alunos que abandonaram o curso antes de 20% das aulas, mas que foram mantidos na lista de presença apenas para a instituição receber o valor total. Existência de matrículas irregulares no Bolsa-Formação. Pólos da rede e-Tec sem estrutura adequada. Baixa confiabilidade dos dados do Sistec e baixa adesão às regras de negócio do Pronatec. Baixa transparência nas prestações de contas das redes estaduais e do Sistema S. (TCU, 2015, p. 2)

É de extrema necessidade atentar-se para estes fatos, pois é perceptível que as funções que se expressaram na execução do programa foram principalmente o financiamento do mercado educacional da profissionalização, o velar de um contexto crítico de crise e a deformação da classe trabalhadora com uma mercadoria, isto é, pequenas doses de educação técnica e profissional para uma sociedade falaciosa do conhecimento.

**Que sociedade? Que conhecimento? E que formação? Notas para uma conclusão**

A apologia à chamada sociedade do conhecimento reverberou determinantemente sobre os projetos educacionais para a formação da classe trabalhadora dos países pobres. A qualificação profissional técnica não se livrando de tais imposições, que se seguiram também para todas as modalidades educacionais, constituiu suas bases sobre os apetites

formativos do movimento de educação para todos que trouxe, por meio dos discursos da das competências e habilidades, da aprendizagem ao longo da vida e da qualificação para o perfil de empregabilidade em vista da adequação à dita nova sociedade, a falsa esperança posta na educação, de ser essa a categoria que traria o alívio da pobreza, das desigualdades e o tão sonhado emprego.

O PRONATEC consubstanciou-se dessa forma como expressividade da dita sociedade do conhecimento, trazendo no bojo de sua política formativa, a readequação às necessidades postas pela crise estrutural do capital, dentre elas, [1] a formalização de um mercado profissional financiado pelo governo como mistificação das desigualdades sociais e da barbárie que têm se intensificado e [2] a fragmentação e o aligeiramento da formação para o trabalho.

A expansão da educação profissional técnica como objetivo principal do Programa seria uma exigência do mercado que necessita de mão de obra apenas minimamente qualificada para assumir os postos de trabalhos, para os quais devem estar preparados para lidar com as novas tecnologias, que estariam tão presentes na proclamada sociedade do conhecimento, mas que na verdade são postos cada vez maiores de exploração da força de trabalho.

A ilusão da sociedade do conhecimento recaiu, enfim, na ilusão do emprego e das vagas ociosas esperando a mão de obra preparada. Sob essa falácia, o que existe na verdade é um capitalismo em crise que tem espalhado no mundo o desemprego crônico. Nada do que tem se propagado nesta dita sociedade tem sido real, porque fundamentalmente, na estrutura do capital, nada mudou e nem poderia mudar, visto que esse sistema está assentado na exploração do homem pelo homem. Longe de expressar uma formação ampla e sólida, sob o capital, o projeto de educação que esse sistema, sobretudo no contexto da crise hodierna, tem para os trabalhadores ancora-se na mistificação do real e na negação do conhecimento sistematizado pela humanidade ao longo do tempo.

### Referências

BARBOSA, Fabiano Geraldo. **Sociedade do conhecimento: um novo paradigma em favor da velha ordem.** 2008. 102 f. Dissertação (Mestrado em educação) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2008.

BELL, Daniel. O advento da sociedade pós-industrial. São Paulo: Cultrix, 1973

*O discurso da Sociedade do Conhecimento e a (de)formação técnica e profissional da classe trabalhadora: o PRONATEC em foco.*

BRASIL. **Lei nº 12.513**, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Diário Oficial da União, 27 out. 2011 (a). Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Relatório de Gestão do Exercício de 2013**. Brasília: MEC, SETEC, 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15996-relatorio-gestao-exercicio-2013-setec-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15996-relatorio-gestao-exercicio-2013-setec-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 09 junho 2022.

\_\_\_\_\_. **Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão**. Solicitação de informação por e-mail. Financiamento do PRONATEC entre 2011 e 2015. Brasília, 2016. Protocolo de solicitação nº 23480007560201520, de Junho de 2015.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3.ed.rev. e ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. **Revista Outubro**. Nº 4, 2000. \_\_\_\_\_. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

SCHAFF, A. **A sociedade informática**: as consequências sociais da segunda revolução industrial. São Paulo: Editora da Universidade Paulista: Brasiliense, 1995.

SECT. **Programa de expansão da educação profissional**. Disponível em: Acesso em: 22 de mai. 2016.

Tribunal de Contas da União. **Levantamento no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)**. 2015. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A15AB9EA44015AB9F237B91393> > Acesso em 08 jun. 2022.

Tribunal de Contas da União. Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto. **Levantamento no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec**. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/fiscalizacao/educacao/destaques/pronatec.htm>> Acesso em 06 de jun. 2016.

TOFFLER, ALVIN. **The Third Wave (A Terceira Onda)**: tradutor João Tavora, 4ª Edição, Rio de Janeiro, RJ, Record, 1980.

## Notas

---

<sup>i</sup> O presente artigo é oriundo de dissertação de mestrado, realizado com bolsa de fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>ii</sup> A Rede Privada também poderia oferecer vagas por meio do financiamento estudantil ou para empresa. Contudo, não foram encontrados os dados no governo que confirmem que a iniciativa foi realmente efetivada.

## Sobre as autoras

### **Ana Thyara Leal Lemos**

Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre em Educação Brasileira (UFC). Professora da educação básica em Quixeramobim – Ceará e da Faculdade de Quixeramobim (UNIQ). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4142-098X>. E-mail: [anathyara@gmail.com](mailto:anathyara@gmail.com)

### **Josefa Jackline Rabelo**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Faculdade de Educação de e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4933-631X> E-mail: [jacklinerabelo@gmail.com](mailto:jacklinerabelo@gmail.com)

### **Helena de Araújo Freres**

Professora Adjunta da Faculdade de Educação de Crateús, da Universidade Estadual do Ceará (FAEC/UECE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7169-1185> E-mail: [helena.freres@uece.br](mailto:helena.freres@uece.br)

Recebido em: 13/06/2022

Aceito para publicação em: 06/07/2022